

O papel da consciência fonológica no processo de alfabetização de crianças com síndrome de down (T21)

The role of phonological awareness in the literacy process of children with Down syndrome (T21)

Lira, Maria Tereza Pedroso Paes de¹

Bondioli, Ana Cristina Vigliar¹

Resumo

Este trabalho investigou estratégias de alfabetização para crianças com Síndrome de Down (T21), com ênfase no método das onomatopeias. A pesquisa abordou os desafios e possibilidades no processo de ensino da alfabetização e letramento, considerando as diferenças cognitivas e sociais dessas pessoas. Baseado em uma abordagem qualitativa e exploratória, o estudo analisou metodologias que utilizam recursos lúdicos, como sons e imagens, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas. O método das onomatopeias, desenvolvido pela Dra. Sandra Puliezi, foi um dos focos principais. A metodologia, que combina sons e imagens para estimular a consciência fonológica, mostrou-se promissora tanto para crianças típicas quanto para crianças com necessidades diferenciadas. Estudos apresentados demonstraram avanços significativos no aprendizado da leitura e escrita, reforçando a ideia de que o ensino explícito dos sons das letras é essencial para o desenvolvimento acadêmico. A pesquisa evidenciou a necessidade de recursos acessíveis e adaptáveis ao contexto educacional brasileiro, além de destacar o papel crucial da formação docente e do apoio familiar em associação com os terapêuticos. O estudo concluiu que métodos fônicos e multissensoriais, como o das onomatopeias, podem contribuir de forma significativa para a alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21). Este trabalho também aponta para a importância de pesquisas futuras que aprofundem a aplicação desses métodos, especialmente em contextos escolares inclusivos, fortalecendo a construção de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento pleno de crianças com Síndrome de Down (T21).

Palavra-chaves: Alfabetização Inclusiva; Síndrome De Down; Consciência Fonológica; Onomatopeias; Ensino Multissensorial.

¹ Universidade Santo Amaro.

Abstract

This study investigated literacy strategies for children with Down Syndrome (T21), with an emphasis on the onomatopoeia method. The research addressed the challenges and possibilities in the process of teaching literacy and literacy, considering the cognitive and social differences of these individuals. Based on a qualitative and exploratory approach, the study analyzed methodologies that use playful resources, such as sounds and images, highlighting the importance of inclusive pedagogical practices. The onomatopoeia method, developed by Dr. Sandra Puliezi, was one of the main focuses. The methodology, which combines sounds and images to stimulate phonological awareness, has shown promise for both typical children and children with special needs. The studies presented demonstrated significant advances in the learning of reading and writing, reinforcing the idea that explicit teaching of letter sounds is essential for academic development. The research highlighted the need for accessible and adaptable resources to the Brazilian educational context, in addition to highlighting the crucial role of teacher training and family support in association with therapeutic methods. The study concluded that phonic and multisensory methods, such as onomatopoeia, can contribute significantly to the literacy of children with Down Syndrome (T21). This work also highlights the importance of future research that deepens the application of these methods, especially in inclusive school contexts, strengthening the construction of pedagogical practices that favor the full development of children with Down Syndrome (T21).

Keywords: Inclusive Literacy; Down Syndrome; Phonological Awareness; Onomatopoeia; Multisensory Teaching.

Introdução

O presente artigo nasceu de um Trabalho de Conclusão de Curso em nível de pós-graduação, “A Pedagogia Waldorf e os desafios na contemporaneidade”, da Faculdade Rudolf Steiner, localizada em São Paulo.

A alfabetização e o letramento de pessoas com Síndrome de Down, também conhecida como trissomia 21 (T21), são questões de grande relevância no contexto educacional. Estima-se que existam cerca de 300 mil pessoas com essa condição no Brasil. Contudo, muitas crianças com T21 enfrentam dificuldades para alcançar níveis satisfatórios de alfabetização durante o período escolar, o que pode limitar sua participação social e sua busca por autonomia. Garantir o direito à alfabetização é essencial para que essas pessoas exerçam plenamente sua cidadania e, se desejarem, deem continuidade aos estudos, incluindo o ensino superior.

No entanto, a inclusão escolar ainda enfrenta muitos desafios no Brasil, mesmo

com os avanços proporcionados por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Um desses desafios é a aplicação de práticas pedagógicas que considerem as particularidades cognitivas e linguísticas de estudantes com Síndrome de Down. Estudos indicam que a maioria dessas crianças apresenta um ritmo de aprendizado mais lento e características que demandam abordagens metodológicas diferenciadas, especialmente no processo de alfabetização.

Pesquisas recentes, como as de Pedroso, Sandes e Oliveira (2024), apontam que a consciência fonológica é uma habilidade central para o desenvolvimento da leitura e da escrita em crianças com Síndrome de Down. Métodos como a alfabetização fônica têm se mostrado promissores, especialmente quando aliados a estratégias lúdicas, como o uso de onomatopeias. A abordagem da Dra. Sandra Puliezi, que parte do conceito de que "as letras falam", propõe associar sons e imagens para tornar o processo de ensino mais dinâmico e intuitivo. Essa metodologia pode ser uma ferramenta eficaz, especialmente no contexto das escolas públicas, onde os desafios de inclusão são ainda mais acentuados.

Além disso, os dados sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior destacam a importância de práticas alfabetizadoras eficazes na educação básica. Segundo o Movimento Down, atualmente existem apenas 74 pessoas com Síndrome de Down que estão ou já se formaram no Ensino Superior no Brasil, embora o número total de pessoas com essa condição seja estimado em 300 mil, conforme o Censo de 2022. Esse dado reforça a necessidade de investir em intervenções pedagógicas que ampliem as possibilidades de aprendizado e autonomia desde os primeiros anos escolares.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca investigar como a alfabetização fônica, associada ao uso de onomatopeias, pode ser implementada em escolas públicas para beneficiar crianças com Síndrome de Down. O objetivo é propor práticas pedagógicas inclusivas que contribuam para o desenvolvimento pleno das habilidades de leitura e escrita, promovendo a cidadania e a equidade. Por meio de uma análise qualitativa e exploratória, este estudo pretende também preencher ausências na literatura acadêmica e oferecer caminhos para professores enfrentarem os desafios da educação inclusiva.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, que busca investigar como a alfabetização fônica pode contribuir para o desenvolvimento da consciência fonológica em crianças com Síndrome de Down. A escolha dessa abordagem deve-se à necessidade de aprofundar a compreensão sobre práticas pedagógicas inclusivas e à análise de estudos já existentes sobre o tema. A pesquisa iniciou-se com a definição do tema central, que envolve a

alfabetização fônica, porém também buscou informações sobre a alfabetização fônica com o uso das onomatopeias, baseado no método da Dra. Sandra Puliezi. A abordagem exploratória foi escolhida para identificar, analisar e interpretar as contribuições já publicadas por outros autores sobre esse assunto. O levantamento bibliográfico foi realizado com o objetivo de reunir informações relevantes e atualizadas sobre o tema. Para isso, utilizou o Google Acadêmico como principal ferramenta de busca, aplicando os seguintes termos-chave: Alfabetização e Síndrome de Down e Alfabetização fônica com o uso das onomatopeias Dra. Sandra Puliezi. Inicialmente, identificou 15 materiais acadêmicos, incluindo artigos científicos, dissertações e teses. Após uma análise criteriosa, que levou em conta a relevância, a qualidade metodológica e a conexão com o tema, foram selecionados 11 artigos para compor a base teórica deste trabalho. Além dos textos acadêmicos, foram consultadas legislações e documentos oficiais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante práticas pedagógicas inclusivas e reforça o direito à educação para pessoas com deficiência. Essa etapa foi essencial para contextualizar a pesquisa dentro do marco legal brasileiro.

Após a seleção dos materiais, foi realizada uma leitura detalhada dos textos para identificar e organizar os principais conceitos, estratégias pedagógicas e resultados apresentados pelos autores. A análise seguiu critérios como: As contribuições das práticas descritas para a alfabetização de crianças com Síndrome de Down. Reflexões sobre inclusão escolar e os desafios enfrentados por, familiares e educadores. Relação entre o uso de sons, imagens e onomatopeias no processo de alfabetização. Os dados foram organizados em categorias temáticas que nortearam a construção dos capítulos do trabalho e a discussão dos resultados.

A escolha pela abordagem qualitativa e exploratória justifica-se pela necessidade de compreender o tema de forma aprofundada e de reunir informações que sirvam como base para futuras pesquisas. Essa metodologia permitiu analisar estudos existentes, identificar pontos a melhorar e destacar boas práticas que podem ser aplicadas em contextos escolares inclusivos.

Alfabetização e letramento: diferenças, métodos e inclusão escolar

Alfabetização e letramento, embora sejam processos que caminhem juntos, são conceitos distintos. A alfabetização consiste na codificação e decodificação de letras, sílabas, palavras e números, enquanto o letramento ocorre quando todas essas informações geram significado: a interpretação de texto, a reflexão sobre o que é lido, o prazer em realizar uma leitura ou a capacidade de criar discursos. Esses processos são essenciais para que uma pessoa compreenda, de forma plena, seu papel na sociedade. Assim, alfabetização e letramento integram o processo de aquisição da leitura e da escrita.

Historicamente, a forma mais comum de alfabetização se limitava ao domínio das letras e sílabas, utilizando métodos conhecidos como sintéticos. Esses métodos priorizavam repetições mecânicas e descontextualizadas, sem explorar as relações entre fala e escrita. O uso de cartilhas era predominante, assim como a soletração e a fonação, caracterizando o método tradicional. Contudo, apesar de alfabetizar muitas pessoas, esses métodos não promoviam o letramento. Muitos eram incapazes de redigir bilhetes simples, compreender receitas ou interpretar contratos.

Diante dessa necessidade, educadores buscaram novas abordagens. Métodos que, embora existentes, eram pouco utilizados ganharam espaço depois de muitos anos, visando não apenas alfabetizar, mas também letrar. A diversidade das formas de aprendizagem apontou para a necessidade de desmetodizar, ou seja, adaptar práticas às diferenças dos estudantes. Como destaca Mendonça: "surgiu em decorrência do fracasso da utilização de práticas equivocadas e inadequadas, derivadas de tentativas de aplicação da teoria construtivista à alfabetização" (Mendonça, 2007, p. 24, apud Alves, 2022, p. 31).

Entre as abordagens diferenciadas, destaca-se o método fônico, que surgiu como alternativa às críticas à soletração. Documentado na França por Vallange, em 1719, o método fônico prioriza os sons dos grafemas e inicia o processo com as vogais, avançando para as consoantes, sílabas e, finalmente, palavras. Hoje, o método fônico é amplamente recomendado, por renomados alfabetizadores, como Magda Soares, que acreditava que esse método explícito de alfabetização, estimulava a reflexão dos estudantes sobre a escrita e sons mas, ao observar as práticas em sala de aula, percebe-se que muitas formas tradicionais de ensino ainda persistem. A repetição de sílabas e frases descontextualizadas, comuns em métodos antigos, aparece frequentemente em folhas de atividades impressas retiradas da internet, sem qualquer propósito definido. Muitas vezes, essas atividades são escolhidas de forma apressada por professores que, diante da pressão para apresentar resultados rápidos ou da falta de recursos pedagógicos adequados, acabam buscando alternativas que apenas ocupem o tempo das crianças. Essa prática contribui para que o ensino seja mecânico e desconectado das reais necessidades dos estudantes.

Essas escolhas refletem um cenário em que muitos professores, sobrecarregados e pressionados pela defasagem escolar agravada por problemas como os anos de pandemia COVID-19, déficits e deficiências individuais dos estudantes que não são laudados, como TDAH, TEA, TOD, DI, Dislexia, Discalculia, Disgrafia, e outras tantos problemas que enfrentam e afetam a vida escola e/ou a ausência de acompanhamento especializado, enfrentam dificuldades para planejar aulas contextualizadas e efetivas. Isso faz com que o aprendizado de grande parte dos estudantes fique comprometido. Embora essas práticas possam parecer produtivas à primeira vista, elas não promovem um aprendizado significativo e duradouro. O foco permanece na alfabetização superficial, sem a devida atenção ao letramento. Assim, muitos estudantes chegam ao

terceiro ano do ensino fundamental iletrados, e uma grande parcela permanece praticamente analfabeta, incapaz de compreender ou utilizar a leitura e a escrita de forma funcional em suas vidas.

Quando se trata de pessoas com deficiência, a realidade é ainda mais dura, pois a cobrança para que essas crianças sejam alfabetizadas existe, porém, na prática escolar, essa pressão é bem menor. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, Art. 27).

Crianças com qualquer tipo de deficiência têm seu direito assegurado por lei de ter o máximo desenvolvimento possível. E, no caso das que possuem Síndrome de Down, não é diferente. O direito à inclusão no ensino regular é garantido, e seus pais, junto à escola, têm o dever de proporcionar todos os meios para que isso ocorra, eliminando barreiras e promovendo as melhores condições para que essa inclusão seja plena, garantindo o acesso ao currículo e promovendo a igualdade.

O Artigo 28 da mesma lei estabelece:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

O que é Síndrome de Down

A Síndrome de Down, também conhecida como trissomia 21, é uma condição genética causada pela presença de um cromossomo 21 extra em todas ou em algumas células do organismo. Essa alteração ocorre devido a um erro na divisão celular durante a formação do óvulo ou do espermatozoide. Embora a causa exata da trissomia ainda não seja completamente compreendida, sabe-se que está relacionada à idade materna.

Mulheres com mais de 35 anos têm um risco maior de gerar bebês com essa condição, embora ela também possa ocorrer em mães mais jovens.

Estima-se que a cada 800 nascimentos vivos, um bebê tenha Síndrome de Down. Essa condição foi primeiramente descrita por John Langdon Down em 1866, mas apenas em 1959 Jérôme Lejeune identificou sua causa genética, a trissomia no cromossomo 21 como apontado nos estudos de Pedroso, Sandes e Oliveira (2024). Apesar de ser o menor cromossomo humano, ele altera significativamente o funcionamento genético e o desenvolvimento físico e intelectual da pessoa.

Pessoas com Síndrome de Down (T21) compartilham algumas características físicas em comum, como rosto levemente achatado, olhos puxados com uma dobra de pele característica no canto interno (epicanto), orelhas pequenas e boca menor. Contudo, é importante destacar que essas semelhanças não determinam a identidade da pessoa, já que cada indivíduo é único em sua aparência, personalidade e habilidades.

Além das características físicas, a Síndrome de Down (T21) está associada a condições de saúde específicas. Cerca de 40% dos indivíduos apresentam problemas cardíacos congênitos, e muitos também enfrentam hipotonia muscular (diminuição do tônus muscular), problemas respiratórios e maior propensão a infecções. No campo do desenvolvimento, são comuns atrasos motores e intelectuais, bem como alterações neuropsicológicas, que podem impactar a memória, a atenção e a linguagem.

Esses desafios podem afetar o aprendizado, mas, com intervenções adequadas e suporte pedagógico inclusivo, muitas barreiras podem ser superadas. Pessoas com Síndrome de Down (T21) têm potencial para aprender, trabalhar e participar plenamente da sociedade, especialmente quando recebem estímulos desde cedo e têm acesso a um ambiente escolar que valorize suas capacidades individuais.

Apesar dos desafios e semelhanças, a beleza da individualidade prevalece. Cada pessoa possui sua própria personalidade, graça, talentos e formas de ver o mundo, mostrando que suas vidas não devem ser definidas apenas pela condição genética.

O papel da família no processo de alfabetização

Quando uma família recebe o diagnóstico de Síndrome de Down (T21), é comum que isso gere insegurança, sofrimento e, em alguns casos, até rejeição. Muitos pais reagem com agressividade em relação à pessoa que trouxe a notícia (Ferreira, 2023). Com o tempo, porém, a família percebe que, embora o desenvolvimento da criança ocorra de forma mais lenta, ela enfrentará os mesmos desafios que outras crianças. Com apoio, pode levar uma vida praticamente normal, realizando atividades cotidianas como qualquer outra pessoa da sociedade.

A família desempenha um papel essencial nesse processo. O estímulo constante e

a interação com os membros devem ser motivadores e colaborativos. Incentivar a prática de tudo o que a criança assimila é fundamental para promover seu desenvolvimento. Contudo, é necessário ter cuidado com a superproteção, que pode limitar as possibilidades da criança de adquirir independência e interagir socialmente (Ferreira, 2023). Um bom equilíbrio entre apoio e autonomia pode ser alcançado ao oferecer desafios adequados à idade e habilidades da criança, elogiando suas conquistas e respeitando seu tempo

Apesar de desafiador, estimular uma criança com Síndrome de Down (T21) é extremamente gratificante. O hábito de leitura em família tem um impacto significativo. Ao contar histórias, ler em voz alta ou comentar notícias, a família não só desperta o interesse pela alfabetização, mas também cria memórias positivas em torno da leitura, facilitando o aprendizado. Crianças que convivem desde cedo com a linguagem escrita entram na escola mais familiarizadas com a leitura e a escrita, o que lhes permite enfrentar os desafios da alfabetização com mais segurança. Estudos mostram:

Aliada ao papel da escola como agência de letramento está a família, importante elemento para auxiliar no processo de letramento. A criança que convive desde muito cedo com a palavra escrita por meio de leitura de histórias na hora de dormir, que vê os pais ou irmãos lendo livros, revistas, jornais, quadrinhos, fazendo comentários de notícias, fica familiarizada com o escrito e reconhece que a linguagem verbal possui formas diferenciadas de expressão. Ao adentrar o universo escolar, a criança não tem a impressão de estar convivendo com o desconhecido ao se deparar com a leitura e a escrita e tem mais condições de obter sucesso na aprendizagem da leitura de forma plena. (Feistauer, 2014)

Além disso, a orientação de profissionais, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e fisioterapeutas, é essencial. Esses especialistas podem indicar atividades e exercícios que estimulem o desenvolvimento motor, cognitivo e linguístico da criança. No entanto, é igualmente importante que a família saiba o momento de pausar e permitir descanso, para que os estímulos não se tornem exaustivos ou desmotivadores.

O papel da família vai além das consultas regulares ao pediatra. É necessário investir em fisioterapia, fonoaudiologia e, muitas vezes, outros tratamentos, que frequentemente estão disponíveis pelo SUS. O artigo 18 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) determina que "é assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário" (Brasil, 2015, Art. 18). Em algumas situações, a família pode recorrer a benefícios como o BPC-LOAS, do INSS, para complementar os custos dos tratamentos. O artigo 40 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) garante que "é assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei nº 8.742, de

7 de dezembro de 1993" (Brasil, 2015, Art. 40).

Apesar do suporte oferecido pelo SUS e benefícios como o BPC-LOAS, muitas famílias enfrentam desafios no acesso a tratamentos especializados, como longas filas de espera, escassez de profissionais qualificados e custos adicionais com transporte ou materiais. Investir em apoio terapêutico e pedagógico é crucial, mas também é importante que a família tenha acesso a informações e suporte psicológico para lidar com o impacto emocional e os desafios financeiros.

A participação ativa da família na vida escolar da criança é outro aspecto relevante. Estabelecer um diálogo constante com a escola, compartilhar observações sobre o desenvolvimento da criança e buscar formas de colaborar com os professores pode potencializar os resultados. Além disso, incluir a criança em atividades sociais e culturais fora do ambiente escolar, como passeios, brincadeiras em grupo e oficinas artísticas, amplia suas possibilidades de aprendizado e interação social.

À medida que os resultados aparecem, como maior autonomia e novas habilidades, a família percebe que todo o esforço e dedicação valem a pena. O papel da família, aliado a estímulos adequados, orientação profissional e um ambiente escolar inclusivo, é essencial para proporcionar à criança uma vida plena e integrada à sociedade.

O papel da escola no processo de alfabetização

A escola desempenha um papel fundamental na vida de todas as crianças. É nesse ambiente que elas aprendem a viver em sociedade, convivendo com pessoas além do círculo familiar. Esse processo, porém, pode ser mais desafiador quando a criança tem uma deficiência.

Após vivenciar as primeiras experiências no ensino infantil, chega o momento de a criança explorar o mundo letrado no ensino fundamental. Esse ambiente deve ser o mais acolhedor possível, livre de preconceitos e capacitismo. A criança com Síndrome de Down (T21) tem o direito de usufruir de todos os espaços escolares, participar de todas as atividades e ser incluída como qualquer outra. Para isso, a escola precisa se preparar, garantindo acessibilidade, suporte pedagógico e adaptações necessárias, independentemente das limitações físicas ou cognitivas.

Um ambiente acolhedor é aquele que proporciona à criança segurança para se sentir capaz de realizar atividades como seus colegas. Para isso, são indispensáveis adaptações pedagógicas, formações específicas para os profissionais da educação e o envolvimento de toda a comunidade escolar, para que a criança com deficiência se perceba como parte integrante do grupo.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº

13.146/2015), "adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado" são obrigações no âmbito educacional (Brasil, 2015, Art. 28).

A criança com Síndrome de Down (T21) apresenta características específicas em sua estrutura cerebral, o que pode resultar em atrasos no desenvolvimento da linguagem e na aquisição da leitura e escrita. Esses atrasos, no entanto, não são impeditivos, mas demandam mais tempo e estratégias diferenciadas. O que é considerado padrão no desenvolvimento de crianças típicas nem sempre se aplica a crianças com Síndrome de Down (T21). Assim, as escolas devem romper com modelos tradicionais de ensino, que muitas vezes apenas integram esses estudantes, mas não os incluem de fato.

A inclusão plena requer adaptações no currículo escolar, que devem ser pensadas para atender às necessidades de cada criança com deficiência, uma das formas é por fazer um Plano Educacional Individualizado (PEI), esse plano é feito por uma equipe multiprofissional pensando em todas as necessidades de adaptação desse currículo;. Como o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down (T21) tende a ser mais lento, é essencial adotar estratégias alternativas e diversificadas que minimizem essas diferenças, permitindo que elas acompanhem, tanto quanto possível, o progresso de seus colegas. (Azevedo, Pinto, Guerra, 2012)

Nesse contexto, o processo de alfabetização pode se tornar mais natural e significativo. Embora alfabetizar e letrar uma criança com qualquer tipo de transtorno, deficiência ou síndrome seja um desafio maior do que alfabetizar crianças típicas, é algo perfeitamente possível e gratificante. Com uma escola acolhedora, preparada e comprometida, esse processo pode ser conduzido com tranquilidade, promovendo o desenvolvimento pleno da criança e garantindo seu direito à educação de qualidade.

A alfabetização da criança com Síndrome de Down (T21)

A Síndrome de Down(T21), embora represente desafios, não é um impedimento para o desenvolvimento e a aprendizagem. O fato de uma pessoa não saber ler e escrever certamente traz prejuízos que limitam sua capacidade de ter uma vida mais prática e sociável no futuro. No entanto, é plenamente possível que pessoas com Síndrome de Down (T21) desenvolvam essas competências. Para isso, é essencial construir um alicerce sólido, com estratégias pedagógicas adaptadas às suas necessidades e potencialidades.

Diversas pesquisas têm explorado métodos eficazes de alfabetização, sendo o método fônico um dos mais destacados. Essa abordagem enfatiza o desenvolvimento da consciência fonológica, que permite à criança manipular os sons da língua por meio de atividades como rimas, identificação de sons iniciais e finais, e segmentação silábica. Um ponto central do método é ensinar os sons das letras, ajudando a criança a compreender que os fonemas produzidos pelas combinações das

letras vão além dos seus nomes. Estudos demonstram que o método fônico traz benefícios significativos na alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21), tornando-se uma estratégia viável e promissora.

No entanto, ainda há lacunas na formação de professores quanto à alfabetização de crianças com deficiência. Muitos educadores não têm domínio sobre métodos que trabalham a consciência fonológica. Ferreira (2023) enfatiza a importância de estratégias práticas e acessíveis, como se comunicar diretamente com a criança no mesmo plano visual e posicioná-la próxima ao professor e à lousa, para otimizar a comunicação e a compreensão. Além disso, atividades motoras e sensoriais que estimulem a coordenação são fundamentais, podendo ser realizadas individualmente ou em grupo. Essas estratégias, alinhadas a uma comunicação clara e próxima, auxiliam as crianças a desenvolverem habilidades com base na imitação e no estímulo do ambiente escolar.

Estudos também mostram que pessoas com Síndrome de Down (T21) possuem maior facilidade para tarefas que exigem memória visual e espacial. Mesmo com dificuldades na linguagem oral, essas crianças podem aprender a ler utilizando recursos que valorizem essas habilidades. Cardoso, Michalick e Pollo (2006), por exemplo, observaram que o conhecimento dos nomes das letras é essencial para o aprendizado da leitura e escrita. Crianças que desconheciam os nomes das letras apresentaram dificuldades significativas nesses processos, reforçando a importância da relação entre letra e som para o desenvolvimento dessas competências.

Pesquisas mais recentes destacam o uso de tecnologias assistivas como uma ferramenta valiosa no processo de alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21). Pedroso, Sandes e Oliveira (2024), em uma revisão sistemática da literatura, analisaram 21 artigos publicados na última década e apontaram que tecnologias interativas e modelos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) promovem avanços significativos. Esses recursos utilizam imagens e sons para estimular a identificação e o pareamento, habilidades fundamentais na construção da leitura e escrita. Além disso, a consciência fonológica continua a ser um base indispensável nesse processo, permitindo que as crianças compreendam a estrutura da linguagem e desenvolvam maior autonomia na decodificação e codificação de palavras.

Apesar da relevância de abordagens lúdicas e interdisciplinares, envolvendo educadores e fonoaudiólogos, a realidade escolar nem sempre permite o uso de tecnologias avançadas. A ausência de recursos, como tablets ou softwares educativos, pode desmotivar profissionais e famílias, enfraquecendo a crença na capacidade dessas crianças de progredir. Contudo, mesmo com limitações, estratégias simples e acessíveis, quando bem planejadas, podem promover resultados significativos. A chave está no comprometimento de todos os envolvidos, no planejamento cuidadoso e na busca contínua por uma educação inclusiva e de qualidade.

O método das onomatopeias na alfabetização

As onomatopeias são figuras de linguagem que expressam sons ou ideias por meio de

palavras que imitam ruídos do cotidiano, como "muuu" para o som de uma vaca ou "vuuu" para o vento. Essa estratégia tem se mostrado eficaz na alfabetização, especialmente por sua abordagem lúdica e multisensorial. Criado pela Dra. Sandra Puliezi, o método das onomatopeias associa sons e imagens para estimular a consciência fonológica de maneira envolvente, através do alfabeto das onomatopeias. (Figura 1) Graduada em Pedagogia, Psicopedagogia, com Mestrado e Doutorado em Psicologia da Educação pela PUC-SP, Puliezi desenvolveu a metodologia com o princípio de que "as letras falam", transformando a aprendizagem em um processo mais intuitivo e acessível.

Alves (2022) descreve o método como “uma forma lúdica de desenvolver a consciência fonêmica, conectando o pensamento da criança a algo concreto, que estimula sua imaginação. Todas as letras e fonemas são ensinados por meio de onomatopeias, utilizando vias fono-visio-articulatórias”. Essa abordagem promove a aprendizagem integrando elementos visuais, auditivos e motores, criando conexões significativas para o estudante.

Durante a pandemia de COVID-19, professoras de escolas públicas utilizaram o método das onomatopeias como alternativa para superar os desafios do ensino remoto. Segundo Sousa (2023), após estudarem o método por meio de materiais gratuitos, essas profissionais criaram vídeos caseiros para alfabetizar seus estudantes, obtendo resultados positivos mesmo em um contexto adverso, aulas 100% online, onde muitas vezes seus estudantes não tinham acesso a uma internet com qualidade ou aos recursos necessários. Isso reforça a eficácia do método em ambientes educacionais diversos.

Outro estudo recente com crianças da educação infantil numa escola particular demonstrou o avanço de habilidades de leitura e escrita em apenas dez semanas utilizando o método aliado a histórias curtas. Oliveira (2022) relata que as crianças passaram a reconhecer palavras simples, articular frases mais complexas e demonstraram melhorias no vocabulário e na oralidade. Esse resultado reforça o potencial do método em integrar o ensino lúdico ao desenvolvimento de competências fundamentais.

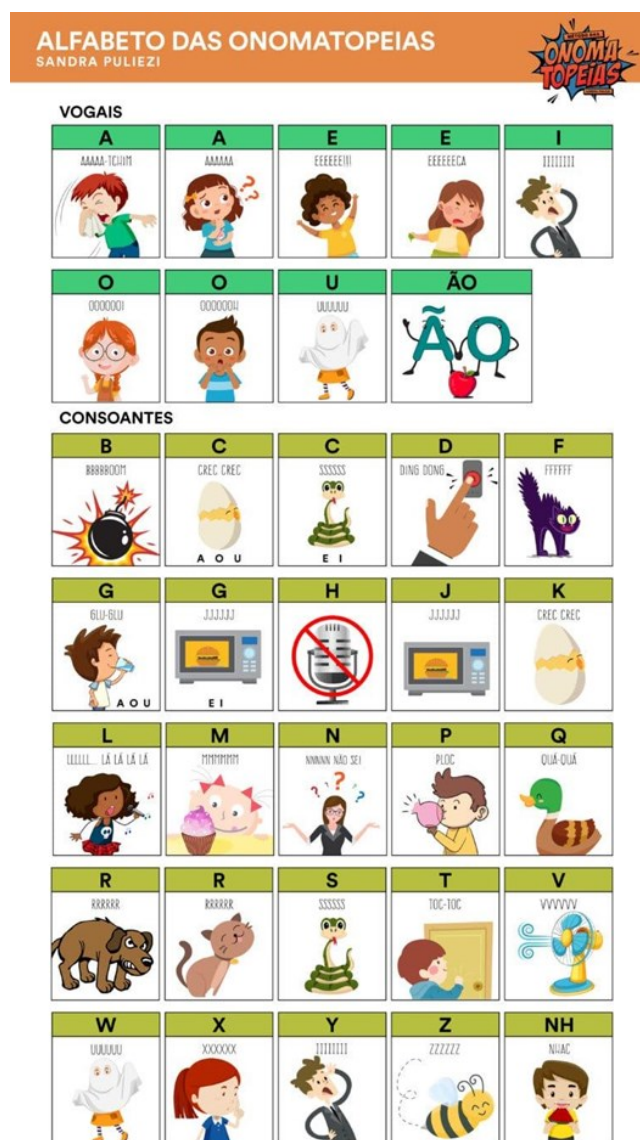
Embora muitos estudos tenham focado em crianças típicas, há evidências de que o método também é aplicável em contextos de inclusão. Pesquisas como as de Cardoso, Michalick e Pollo (2006) indicam que crianças com Síndrome de Down assimilam melhor o vínculo entre letras e sons quando expostas a recursos multisensoriais. Da mesma forma, Pedroso, Sandes e Oliveira (2024) destacam que o uso de ferramentas como Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) complementa as estratégias fonológicas, alinhando-se aos princípios do método das onomatopeias.

Outro ponto importante é a acessibilidade do método. A Dra. Sandra Puliezi disponibiliza materiais gratuitos e cursos acessíveis em plataformas como o canal Instituto Ler+ no YouTube, que contém vídeos e músicas que ajudam a tornar o aprendizado mais divertido para as crianças. Além disso, multiplicadoras como as neuropsicopedagogas e alfabetizadoras Lorena Lima e Nádia disponibilizam atividades inspiradas na metodologia por meio de redes sociais, proporcionando aos professores ferramentas práticas e eficazes para aplicação em sala de aula.

Ao serem introduzidas às onomatopeias, mesmo em crianças com Síndrome de Down (T21) que antes demonstravam pouco interesse no aprendizado das letras começaram a reconhecer sons, formar sílabas e até palavras. O caráter lúdico e interativo do método desperta o interesse e transforma a aula em um momento mais prazeroso, contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento.

Figura 1³ - Alfabeto das onomatopeias, desenvolvido pela pedagoga Sandra Puliezi.

Ilustração do método das onomatopeias, que associa sons característicos (onomatopeias) às letras do alfabeto, como forma de facilitar o aprendizado da consciência fonológica em crianças.



³ Figura 1 – Quadro de onomatopeias utilizado no processo de alfabetização.

Fonte: COSTA LESTE NEWS. Método das onomatopeias: pedagoga cria metodologia que facilita a alfabetização de crianças. Disponível em: <https://costalestenews.com.br/metodo-das-onomatopeias-pedagoga-cria-metodologia-que-facilita-a-alfabetizacao-de-criancas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Perspectiva sobre o método das onomatopeias na inclusão

O método das onomatopeias foi criado pela Dra. Sandra Puliezi com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos sons das letras por meio de associações lúdicas a figuras que representam os fonemas. A pesquisadora, que começou a desenvolver essa metodologia em 2013, buscou resolver uma dificuldade comum enfrentada por professores e crianças na aquisição do som das letras. De acordo com Puliezi, estudos indicam que a associação de informações a figuras interessantes auxilia tanto crianças quanto adultos a aprender de maneira mais rápida e eficaz. Assim, ela criou representações visuais específicas para cada som do alfabeto, como o som "ã", que é representado por uma menininha pensando, e o som do "m" inicialmente associado ao som do yoga e, posteriormente, a menina olhando as gostosuras e foi criando uma figura para cada letra do alfabeto para que facilitasse para as crianças (Puliezi, 2024, ANEXO I).

Embora a autora não tenha utilizado diretamente o método com crianças com síndrome de Down, relatos de outros profissionais mostram resultados expressivos. Um caso mencionado é o de uma psicopedagoga que, utilizando o método, conseguiu alfabetizar uma jovem de 18 anos com síndrome de Down, que antes era considerada incapaz de aprender a ler. Após um mês de intervenção, a estudante começou a formar palavras simples, alcançando a leitura de textos em oito meses. Além disso, Puliezi aponta que o método tem se mostrado eficaz em contextos de autismo e deficiência intelectual, favorecendo tanto a aprendizagem da linguagem escrita quanto o desenvolvimento da oralidade. Em casos de autistas não-verbais, por exemplo, o método tem incentivado a imitação de sons representados pelas figuras, contribuindo para o surgimento da fala (Puliezi, 2024, ANEXO I).

Apesar dos resultados promissores, a implementação do método enfrenta desafios no Brasil. Segundo Puliezi, há uma resistência no sistema educacional ao ensino explícito dos sons das letras, predominando métodos que valorizam a aprendizagem implícita. No entanto, ela destaca que o ensino explícito e sistemático é essencial para a alfabetização, e o método das onomatopeias pode ser utilizado como um recurso dentro de uma instrução fônica ampla. Para facilitar o acesso ao material, a autora disponibiliza vídeos e materiais gratuitos em plataformas online, permitindo que professores e famílias o utilizem, especialmente em contextos de baixa renda (Puliezi, 2024, ANEXO I).

Essa abordagem demonstra que métodos inovadores e acessíveis podem contribuir significativamente para a alfabetização de crianças com necessidades específicas, promovendo sua inclusão, desenvolvimento acadêmico e social de todos os estudantes.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo principal investigar a aplicabilidade da alfabetização fônica e o método das onomatopeias na alfabetização de crianças com Síndrome de Down (T21), explorando sua eficácia no desenvolvimento da consciência fonológica e suas implicações na inclusão escolar. A pesquisa buscou responder se estratégias que utilizam recursos

multisensoriais, como sons, imagens e, especialmente, onomatopeias, podem acelerar e tornar o processo de alfabetização mais eficiente e lúdico para esse público.

Ao longo do estudo, verificou-se que o método das onomatopeias, idealizado pela Dra. Sandra Puliezi, apresenta um grande potencial para promover o vínculo entre letras e sons. Estudos apresentados mostraram que crianças com Síndrome de Down T21 podem se beneficiar dessa abordagem devido à ênfase na ludicidade e na integração de estímulos visuais e auditivos. A pesquisa também destacou que, embora o aprendizado das crianças com Síndrome de Down T21 seja mais lento, a forma como aprendem não difere significativamente, sendo o uso de estratégias específicas um fator essencial para o sucesso acadêmico.

Os resultados sugerem que o método pode ser adaptado para contextos de ensino inclusivo, oferecendo recursos acessíveis e de baixo custo, como vídeos e materiais didáticos, que ampliam sua aplicação em diversas realidades educacionais. Apesar disso, há uma grande falta de pesquisas experimentais e específicas com crianças com Síndrome de Down T21, o que evidencia a necessidade de estudos mais aprofundados que incluam observações práticas e acompanhamento dessas crianças por períodos mais longos.

Portanto, conclui-se que o método das onomatopeias é uma ferramenta promissora para o ensino de leitura e escrita em crianças com necessidades específicas, mas sua efetividade plena demanda estudos futuros. Esses estudos poderiam explorar aspectos como a adaptação do método em diferentes faixas etárias, a combinação com outras estratégias pedagógicas e seu impacto em outras áreas do desenvolvimento acadêmico e social.

Com base nas análises realizadas, a pesquisa alcançou seus objetivos ao demonstrar a relevância do método das onomatopeias e apontar caminhos para futuras investigações no campo da alfabetização inclusiva.

Referências

ALMEIDA, Daiane Rodrigues de; BATTISTELLO, Viviane Cristina de Mattos; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; MARTINS, Rosemari Lorenz. Alfabetização e síndrome de Down nas pesquisas brasileiras | Literacy and Down syndrome in brazilian researches. Revista de Educação PUC-Campinas, [S. l.], v. 25, p. 1–13, 2020. DOI: 10.24220/2318-0870v25e2020a4910. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/4910>. Acesso em: 13 nov. 2024.

ALVES, Sara Poltosi. LUDICIDADE E TECNOLOGIAS NA ALFABETIZAÇÃO: UMA METODOLOGIA PARA O ENSINO HÍBRIDO. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26813/DIS_PPGPGE_2022_ALVES_SARA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 nov. 2024.

AZEVEDO, C. C. DE.; PINTO, C. S.; GUERRA, L. B. O desenvolvimento da consciência

fonológica em crianças com Síndrome de Down pode facilitar a alfabetização e contribuir para a inclusão no ensino regular? Revista CEFAC, v. 14, n. 6, p. 1057–1060, out. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

CARDOSO-Martins, C.; MICHALICK, M.F.; POLLO, T.C. O papel do conhecimento do nome das letras no início da aprendizagem da leitura: evidência de indivíduos com síndrome de Down. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 19, n. 1, p. 53-59, 2006.

COSTA LESTE NEWS. Método das onomatopeias: pedagoga cria metodologia que facilita a alfabetização de crianças. Disponível em: <https://costalestenews.com.br/metodo-das-onomatopeias-pedagoga-cria-metodologia-que-facilita-a-alfabetizacao-de-criancas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FEISTAUER, Cláudia Madalena. O letramento na síndrome de Down: o papel da família e da escola. 2014. 127 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Lidiane Santos. Inclusão e alfabetização das crianças com síndrome de Down. Revista Mais Educação, v. 6, n. 10, dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistamaiseducacao.com/artigosv6-n10-dezembro-2023/4>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MENDONÇA, O. S.; MENDONÇA, O. C. Alfabetização - Método Sociolinguístico: consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Jéssica Ketlen Soares de. A literatura infantil no processo de alfabetização de uma turma da educação infantil. 2022. 57 f. — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49762>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PEDROSO, Cristiano; DANTAS NUNES SANDES, Rose; BIAZOLI DE OLIVEIRA, Bruna. ALFABETIZAÇÃO EM PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. Epistemologia e Práxis Educativa - EPEduc, [S. l.], v. 7, n. 02, p. 1–13, 2024. DOI: 10.26694/epeduc.v7i02.5830. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/5830>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SOUSA, Keslen Mateus Bento de. A prática de alfabetização na pandemia Covid-19: o que dizem as professoras. Eventos Pedagógicos, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 302–309, 2023. DOI: 10.30681/rep.v14i2.11455. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/11455>. Acesso em: 14 nov. 2024.